



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES “OSMAR DE AQUINO”  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

RAQUEL KARINA CABRAL OLIVEIRA

A DICOTOMIA CUIDAR/EDUCAR NA FORMAÇÃO DO  
PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

GUARABIRA-PB

2014

RAQUEL KARINA CABRAL OLIVEIRA

A DICOTOMIA CUIDAR/EDUCAR NA FORMAÇÃO DO  
PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Artigo apresentado ao Curso de Pedagogia da  
Universidade Estadual da Paraíba, na área da Educação  
Infantil como pré-requisito para obtenção do título de  
Licenciatura Plena em Pedagogia, sob a orientação da  
Profa. Mr. Emília Cristina F. de Barros.

GUARABIRA-PB

2014

---

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

O48d Oliveira, Raquel Karina Cabral

A dicotomia cuidar educar na formação do professor da educação infantil [manuscrito] : / Raquel Karina Cabral Oliveira. - 2014.

29 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2014.

"Orientação: Emília Cristina Ferreira de Barros, Departamento de Educação".

1. Educação Infantil. 2. Perfil do docente. 3. Formação de Professores. I. Título.

21. ed. CDD 372.24

RAQUEL KARINA CABRAL OLIVEIRA

A DICOTOMIA CUIDAR / EDUCAR NA FORMAÇÃO  
DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Aprovada em: 25 / 07 / 2014

Emília Cristina Ferreira de Barros

Profa. Ms. Emília Cristina F. de Barros

(Orientadora)

Clévia Suyene Cunha de Carvalho

Profa. Ms. Clévia Suyene Cunha de Carvalho

(Examinadora)

Raissa Regina Silva Coutinho

Profa. Ms. Raissa Regina Silva Coutinho

(Examinadora)

Dedico este trabalho primeiramente ao Senhor Deus por sempre está presente em minha vida, me proporcionando bons momentos, me oferecendo aprendizado nos momentos difíceis e forças para enfrenta-los sempre. Agradeço a minha mãe Maria Aparecida Cabral de Oliveira, ao meu pai João Batista Figueiredo de Oliveira e minha irmã Ruth Cabral de Oliveira, dos quais tenho imenso orgulho e amor.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Senhor Deus, pois mesmo sem ser digna de coisa alguma, como pecadora que sou, sinto sua misericórdia e amor se cumprir em minha vida. Pois é ele que me sustenta a cada instante. E até nos momentos difíceis, sei que há um propósito Dele a se cumprir em meu favor. Como diz em sua palavra: “E sabemos que todas as coisas contribuem juntamente para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados segundo o seu propósito”. (ROMANOS 8: 28). Por isso a Ele toda honra e toda glória.

Aos meus pais Maria Aparecida Cabral de Oliveira e João Batista Figueiredo de Oliveira que foram os primeiros a contribuir com minha educação. Ensinando-me o respeito ao próximo, sempre me incentivando a conseguir o que almejo através primeiramente do estudo e do trabalho e mostrando-me sempre o caminho do bem para seguir. Por isso devo tudo o que sou a eles.

A minha irmã Ruth Cabral de Oliveira, aquém sempre foi e sempre será minha melhor amiga, que o Senhor Deus me presenteou aqui na terra.

A minha orientadora Emília Cristina F. de Barros, pela grande ajuda e apoio na construção deste trabalho.

A todos os professores (as) que contribuíram para minha formação, desde a Educação Infantil até o ensino de Nível Superior. Pois cada um exerceu uma contribuição significativa para o meu desenvolvimento educacional e de vida.

Em fim, a todos meus sinceros agradecimentos!

Um ladrão rouba um tesouro, mas não furta a inteligência. Uma crise destrói uma herança, mas não uma profissão. Não importa se você não tem dinheiro, você é uma pessoa rica, pois possui o maior de todos os capitais: a sua inteligência. Invista nela. Estude!

*Augusto Cury*

## **A DICOTOMIA CUIDAR/EDUCAR NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**<sup>1</sup>Raquel Karina Cabral Oliveira**

**Resumo:** O presente artigo é uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico. Objetivou-se com a produção deste trabalho, realizar uma análise a respeito do perfil do docente na Educação Infantil (E.I.), a fim de ressaltar a importância da formação do educador para desenvolver um bom trabalho junto às crianças. Realizamos uma retrospectiva sobre o perfil do profissional da Educação Infantil ao longo da história, desde a criação das primeiras instituições de atendimento à infância no século XIX até os dias de hoje, e os verdadeiros interesses que havia pela classe dominante por trás da criação destas instituições. Também foi realizada uma pesquisa sobre as duas principais funções da Educação Infantil (assistencialista e pedagógica/educacional), bem como a formação acadêmica do profissional desta área. Essa dicotomia cuidar/educar na E.I. toma corpo na discussão como eixo principal para o distanciamento da concepção assistencialista que foi atribuída à falta de formação dos profissionais da Educação Infantil, portanto deve-se desconstruir o perfil de que o profissional da E. I. não precisa ter formação. A partir desta constatação podemos afirmar que, para ter um novo olhar da sociedade a respeito do profissional desta área, carece em primeiro lugar, mudar a concepção de criança e da E.I. na qual elas não precisam apenas de cuidado, mais também de educação. Que estas duas funções estejam integradas na Educação Infantil e no currículo de formação dos profissionais desta área.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Perfil do docente. Formação de professores.

---

<sup>1</sup>Acadêmica no Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia. Centro de Humanidades Osmar de Aquino. Universidade Estadual da Paraíba. raquelkarina22@gmail.com

## SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	09
2- O PERFIL DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO LONGO DA HISTÓRIA	11
3- A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL	17
4- O PERFIL DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA ATUALIDADE	22
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
6- ABSTRACT	28
7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29

## 1- INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido, recentemente, acerca de qual o verdadeiro perfil do professor da Educação Infantil, bem como, compreender de qual modo este profissional deve atuar dentro da sala de aula com as crianças de 0 a 5 anos, onde de um lado encontrasse a primeira função da Educação Infantil, a assistencialista, e do outro lado encontrasse a função pedagógica/educacional. Essa dicotomia entre cuidar/educar procedeu da criação das primeiras instituições de atendimento a infância(asilos, creches) e das escolas privadas criadas em 1883, na qual uma função era destinada aos pobres e a outra para os ricos. Consequentemente isto veio influenciar na formação das pessoas que trabalhavam nesta área, e enfim causando uma desvalorização destes profissionais.

Esse tema, portanto, foi construído coletivamente durante o Curso de Pedagogia como acadêmica na Universidade Estadual da Paraíba, durante a minha vivência profissional enquanto professora do Maternal de uma escola privada de Educação Infantil (E.I.) e principalmente durante o Estágio Supervisionado I. Como deve ser o perfil do profissional da E.I. e como ele é na realidade exercido nas escolas. A escolha deste tema, também surgiu de uma necessidade pessoal, para um melhor entendimento a respeito do por que da desvalorização do profissional da Educação Infantil por algumas pessoas da sociedade.

Pretende-se com este trabalho problematizar o perfil do docente na Educação Infantil. Procuramos fazer uma análise histórica referente à sua formação acadêmica e sua atuação dentro das salas de aula, a fim de que se tenha uma melhor valorização deste profissional pela sociedade, desconstruindo a concepção assistencialista que ainda permeia em nossa sociedade, de que os profissionais desta área precisam apenas ter cuidado com as crianças, com a proteção física, higienização e alimentação, e não visão a integração do cuidar/educar na Educação Infantil.

A Lei Nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), diz em seu Art. 2:

**Art.2.** A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

Portanto, temos direitos e deveres para a educação. A Educação Infantil, agora, sendo a primeira etapa da educação básica, prevê que os profissionais da E. I. procurem atender às determinações da LDB, exercendo também na sua prática a função pedagógica educacional. Não apenas cuidando, mais também educando. Contribuindo assim para o desenvolvimento físico, mental, social e cultural das crianças (BRASIL, 1996), obtendo isto através de ações intencionais, ou nas brincadeiras típicas das crianças, e também com brincadeiras cujos objetivos são educacionais. Portanto deve-se integrar o cuidar-educar-brincar no currículo de formação do docente da Educação Infantil, a fim de que estes estejam de fato qualificados para exercer o ofício de docente de forma significativa.

Nas últimas décadas, os debates em nível nacional e internacional apontam para a necessidade de que as instituições de educação infantil incorporem de maneira integrada as funções de educar e cuidar, não mais diferenciando nem hierarquizando os profissionais e instituições que atuam com as crianças pequenas e/ou aqueles que trabalham com as maiores. As novas funções para a educação infantil devem estar associadas a padrões de qualidade. Essa qualidade advém de concepções de desenvolvimento que consideram as crianças nos seus contextos sociais, ambientais, culturais e, mais concretamente, nas interações e práticas sociais que lhes fornecem elementos relacionados às mais diversas linguagens e ao contato com os mais variados conhecimentos para a construção de uma identidade autônoma (BRASIL, MEC, 1998, p. 23).

No processo educacional é de suma importância a atuação, o perfil adequado do profissional da Educação Infantil, para que os objetivos desta área venham a serem alcançados. Ou seja, que de fato os educadores alcancem a aprendizagem dos seus alunos de forma significativa.

Entretanto, mesmo com todas as Leis referentes à E. I. que estão sancionadas na LDB, ainda nos dias de hoje podemos observar pessoas leigas (sem uma formação adequada para atuarem na Educação Infantil) trabalhando dentro das salas de aula. Também podemos observar uma grande desvalorização com os profissionais que atuam nesta área, com baixos salários, locais de trabalho muitas vezes em situação precária, entre outras dificuldades que tanto estes profissionais enfrentam.

A partir disto, iremos fazer uma abordagem histórica, desde a criação das primeiras instituições para a infância no século XIX até os dias atuais da Educação Infantil, bem como a formação acadêmica dos profissionais da E. I. para atuarem nesta área. Também será feita

uma análise sobre as diferentes funções da E. I. (assistencialista e pedagógica educacional) e como as pessoas que trabalhavam nestas instituições eram vistos pela sociedade. Utilizamos como procedimentos metodológicos da nossa pesquisa o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e a Lei 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

## **2- O PERFIL DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO LONGO DA HISTÓRIA**

É de suma importância ser feito uma retrospectiva a respeito da Educação Infantil aqui no Brasil, para que possamos compreender melhor sua situação atualmente. E que possamos identificar o porquê de tanta desvalorização, desqualificação profissional, baixos salários, entre outros aspectos que tanto atinge a área da Educação Infantil.

Existem duas concepções que nortearam a Educação Infantil aqui no Brasil, a primeira é a assistencialista e a segunda é a pedagógica educacional. As primeiras instituições para as crianças aqui no Brasil foram os asilos, e eles atendiam às crianças órfãs e carentes, onde era exercida a função mais tradicional da Educação Infantil, a função assistencialista. Esse modelo tinha como principal objetivo o cuidado e proteção às crianças daquele lugar, conforme afirma Assis: “Uma das mais antigas funções que têm sido atribuídas a Educação Infantil é a assistencialista. Esta função caracteriza-se pelo oferecimento de cuidados e proteção às crianças pobres, órfãs e abandonadas” (2009, p. 38).

Sobre isso, Azevedo, ainda afirma que:

As instituições de atendimento infantil foram surgindo na perspectiva de atendimento aos pobres. Tinham carácter de guarda e preocupavam-se apenas com a alimentação, a higiene e a segurança física das crianças. Tal atendimento contava com as chamadas criadeiras, amas de leite, ou mães mercenárias, com precárias condições de higiene (2013, p. 58).

Algumas destas instituições de assistência à infância tinham objetivos distintos umas das outras, pois algumas delas proporcionavam assistência às crianças no aspecto da saúde física e mental e outras davam mais assistência a questões de segurança ou religiosas. Entre estes aspectos destacou-se muito a médico-higienista no século XIX. Nesta época os profissionais da saúde tiveram grande influência nestas primeiras instituições para as crianças,

exercendo a função assistencialista sobre elas, não com o propósito de apenas cuidar e proteger às crianças como outras instituições de assistência a infância vinha fazendo, mas com o objetivo de salvar vidas. Os médicos procuravam meios de prevenção à saúde das crianças evitando a mortalidade infantil.

De acordo com Assis: “A influência dos médicos sobre a educação foi tão grande que discutiam os projetos de construção de escolas e a implantação dos serviços de inspeção médico-escolar destinados principalmente à educação primária e infantil”(2009, p. 39).

Em 1930 houve uma crescente entrada das mulheres no mercado de trabalho, muitas delas não tinham com quem deixar seus filhos, algumas eram separadas e não podiam “abrir mão” do emprego, pois era o sustento da família. Em outros casos, o marido também trabalhava, foi então que neste período surgiram as lutas pela criação das creches. Portanto com o crescimento da entrada das mulheres no mercado de trabalho, aumentou a necessidade de abrir creches para acolher essas crianças. Vale ressaltar que as crianças eram cuidadas por voluntárias ou pessoas contratadas por industriais.

Neste mesmo período observasse a perspectiva médico-higienista na educação, pois, houve um grande crescimento populacional urbano, decorrente do crescimento industrial nas cidades. Contudo esse crescimento urbano resultou em sérios transtornos na infraestrutura das cidades, acarretandoem problemas de saúde na população operária e em seus filhos.Então a criação das creches além de atender aos filhos dos operários, também sob a perspectiva higienista servia como local onde aconteciam serviços de prevenção a problemas de saúde.

Além dos interesses que haviam por trás da criação das creches pela classe dominante, em relação ao apoio dos industriais na criação das creches para abrigar os filhos das mulheres, no qual esses industriais, por sua vez, objetivavam não perderem a mão de obra das mulheres para que não fossem prejudicados financeiramente,também podemos observar interesses da elite através de questões jurídicas. Ou seja, agora as instituições de atendimento a infância já não tinham apenas como foco o cuidado, proteção, higienização das crianças que lá eram atendidas, tinham como finalidade a proteção e cuidado da sociedade que pertencia à classe dominante daquela época.

De acordo com Assis:

Sob o enfoque jurídico-policia, a educação não tem a função de proteger e zelar pela integridade física e moral das crianças por meio de cuidados específicos com sua saúde, mas tem o objetivo de proteger a sociedade e

não mais as crianças carentes e abandonadas, agora chamadas menores e rotuladas de perigosas(2009, p.40).

Sob a questão religiosa, ainda na função assistencialista das primeiras instituições da Educação Infantil no Brasil, tinha como objetivo, através de padres, manterem a ordem social. Isto chamou muito a atenção das elites, no sentido de se aliarem como esses líderes religiosos, criando com essa prática mais diferença social entre os ricos e os pobres, pois a parte da população empobrecida é rotulada de periculosa. A perspectiva assistencialista vem nos mostrar que as crianças pobres eram “educadas” para serem submissas aos que pertencia a classe dominante.

Vale ressaltar que as pessoas que trabalhavam nestas primeiras instituições (asilos) e nas primeiras creches brasileiras não precisavam ter nenhuma formação acadêmica, como se fosse um trabalho em que qualquer pessoa pudesse atuar, sem nenhum tipo de formação. Conforme registra Assis: “A pessoa que se dedicava a cuidar e orientar as crianças não precisava ter formação acadêmica para o exercício de sua função, bastava que fosse virtuosa”(2009, p. 42).

Essa ausência de formação acadêmica resultava, em alguns casos, em maus tratos para com as crianças, como agressões verbais, psicológicas e até castigos físicos, ou seja, utilizavam a violência para deixar as crianças “disciplinadas”. Sobre esta questão Assis afirma que: “Cabia ao adulto que atuava junto às crianças basicamente a transmissão de regras de conduta, conceitos morais e disciplina, conseguidos muitas vezes por meios de castigos físicos”(2009, p.42).

Retrocedendo há alguns anos, em 1883 foram criadas instituições de ensino privadas com o objetivo de uma “educação” pré-escolar nos jardins de infância. Neste caso a função da Educação Infantil não era a assistencialista, mas sim a função pedagógica/educacional. Entretanto, os verdadeiros objetivos a serem alcançados pelos donos destas instituições eram os interesses econômicos, eles atendiam uma clientela não de crianças pobres, mas aos filhos daqueles que faziam parte da classe dominante daquela época. Segundo os donos das instituições privadas, os jardins de infância iriam ter uma função “pedagógica-educacional”, por isso utilizavam esse termo de educação pré-escolar nos jardins de infância.

Segundo Kuhlmann:

A preocupação daqueles que se vinculavam às instituições pré-escolares privadas brasileiras era com o desenvolvimento das suas próprias escolas. Nota-se, entre eles, a utilização do termo pedagógico como uma estratégia de propaganda mercadológica para atrair as famílias abastadas, como uma atribuição do jardim de infância para os ricos, que não poderia ser confundido com os asilos e creches para os pobres(2010, p. 81).

A respeito da função assistencialista e a pedagógica/educacional Azevedo, ainda afirma que:

Quando se começa a usar o termo “pedagógico” para classificar as instituições de atendimento infantil, esse atendimento passa a se dar de forma diferenciada em função da classe social das crianças. Para as da elite era oferecido atendimento escolar, nos moldes da escola fundamental, porque elas não tinham “carências biopsicossociais”. Mas, para as crianças das classes populares, não se oferecia esse tipo de atendimento porque elas, por serem carentes, “não conseguiriam acompanhar o desenvolvimento das atividades” como as crianças da elite que não tinham tais carências. Isso contribuiu para que se legitimasse esse atendimento dual, que dicotomiza cuidado e educação em função da classe social das crianças atendidas, tornando banal no imaginário social a ideia de que é natural oferecer dois tipos de atendimento, isto é, um que oferece cuidados e outro que oferece educação(2013, p. 96).

Na função pedagógica/educacional da Educação Infantil destacam-se quatro concepções em relação ao desenvolvimento das crianças, são elas: natural, compensatória, preparatória e educar-cuidar-brincar. Esta primeira, a natural, defende o desenvolvimento das crianças a partir da espontaneidade, desenvolvimento esse que se dá quase sem a intervenção do professor.

A segunda concepção, a compensatória, expõe que o motivo pelo qual aconteceria o fracasso escolar era culpa exclusivamente das crianças. Não analisavam a participação dos demais que constituíam a comunidade escolar (professores, diretores), e principalmente não paravam para refletir sobre o histórico de vida, a realidade daquelas crianças, para que pudessem identificar o motivo daquele fracasso. Sobre isto, Assisressalta que: “Compreende-se que apenas as crianças eram responsáveis pelo fracasso e não se discutiam problemas advindos da estrutura educacional e da própria sociedade”(2009, p. 43).

Destaca-se a concepção preparatória, pois ela defende a Educação Infantil como função preparatória para o ensino fundamental. Esta concepção visa o desenvolvimento cognitivo das crianças através do auxílio do educador, e este por sua vez, terá a função de contribuir no desenvolvimento cognitivo das crianças. Através da transmissão de

conteúdos escolares durante suas aulas, preparando assim, essas crianças para séries futuras, o ensino fundamental. Vale ressaltar, que esta é uma função tradicional da Educação Infantil, e que observamos atualmente em algumas escolas, onde é utilizada a memorização e mecanização das crianças. Nesta concepção as crianças são instruídas pelos professores para apenas reproduzir o que lhes foi dito, não sendo incentivada a curiosidade, ao desejo de aprender.

Com base nestas informações, pode-se dizer que, tanto a função assistencialista, quanto a pedagógica educacional iniciada em 1883 da Educação Infantil, a classe dominante objetivava alcançar interesses econômicos, políticos e religiosos. Segundo Assis: “As instituições para a primeira infância e as práticas pedagógicas são constituídas por discursos dominantes em nossa sociedade e personificam pensamentos, conceitos e éticas que prevalecem em um determinado momento em uma determinada sociedade”(2009, p.38).

Por outro lado, há quem diga que a função assistencialista não se contrapõe tanto com a função pedagógica educacional, ou seja, que o assistencialismo apresentou de certa forma uma proposta educacional. Segundo Kuhlmann:

O fato de essas instituições carregarem em suas estruturas a destinação a uma parcela social, a pobreza, já representa uma concepção educacional. A pedagogia das instituições educacionais para os pobres é uma pedagogia da submissão, uma educação assistencialista marcada pela arrogância que humilha para depois oferecer o atendimento como dádiva, como favor aos poucos selecionados para recebê-lo(2007, p. 54).

Azevedo, sobre a função assistencial e a função pedagógica/educacional nas primeiras instituições de atendimento infantil, ainda afirma que:

De acordo com dados históricos, mesmo aquelas instituições que acolhiam crianças pobres, com a função social de filantropia, ofereciam algum tipo de educação, embora não houvesse intenção declarada de fazê-lo. Isso mostra que os adultos que lidavam com elas, ao mesmo tempo em que delas cuidavam, também estavam, inconscientemente, transmitindo a elas valores, crenças, modos culturais de convivência, ou seja, educando-as. De forma semelhante, essas instituições, quando mais adiante na história começaram a se dizer, “educativas”, não deixaram de cuidar das crianças, mesmo tendo a intenção de oferecer uma educação/instrução, estavam subjacentes cuidados que são indispensáveis de ser oferecidos às crianças pequenas (2013, p. 96).

A Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) afirma em seu Art. 29, que:

**Art. 29.** A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

O cuidar/educar deverá fundamentar a Educação Infantil e a formação de seus professores, constituindo assim um novo perfil para o profissional da Educação Infantil.

Azevedo, afirma que:

A concepção de criança e a forma de atendimento a ela dispensado também sofreram mudanças significativas. Mudamos de uma concepção de criança como um adulto em miniatura para uma de criança como ser histórico e social, de uma mãe indiferente para uma mãe coruja, de um atendimento feito em asilos, por adultos que apenas gostassem de cuidar, para um feito em uma instituição educativa, por um professor da área do qual se exige formação adequada para lidar com as crianças(2013, p. 96).

Na qual não prevalece mais, como antes, apenas a função assistencialista e sim a função assistencial/educacional, uma vez que uma depende da outra no processo educacional das crianças na Educação Infantil.

Sobre isto, Kuhlmann, afirma que:

A polarização entre assistencial e educacional opõe a função de guarda e proteção à função educativa, como se ambas fosse incompatíveis, uma excluindo a outra. Entretanto, a observações das instituições escolares evidencia que elas têm como elemento intrínseco ao seu funcionamento o desempenho da função de guardar as crianças que as frequentam. Preocupar-se em assistir, preocupar-se com o cuidado, com a guarda da criança não seria "desviar-se" da oportunidade de "proporcionar uma educação de qualidade" [...]. As instituições educacionais, especialmente aquelas para a pequena infância, apresentam-se à sociedade e às famílias de qualquer classe social, como responsáveis pelas crianças no período em que as atendem. Qualquer mãe que procure uma creche ou pré-escola para educar o seu filho, também irá buscar se assegurar de que lá ele estará guardado e protegido(2007, p. 60).

Portanto, a Educação Infantil não contempla apenas o cuidado e proteção às crianças (como era praticado nas primeiras instituições de atendimento a infância e nas primeiras creches com a função assistencialista), o que está sendo proposto a partir desta Lei Art. 29 da

LDB é uma nova proposta para a Educação Infantil que envolva a educação, o cuidado e o brincar, no processo educacional das crianças.

### **3- A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

A formação docente inicial para a Educação Infantil aqui no Brasil apresentou avanços e retrocessos ao longo de sua trajetória, dos quais iremos aborda-losno decorrer deste tópico. De acordo com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-Lei 9.394/96), a qual estabelece, em seu Art. 62:

**Art. 62.** A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal (BRASIL, 1996).

A nova LDB, também trouxe contribuições significativas para a Educação Infantil, ao reconhecê-la como a primeira etapa da educação básica. Determinando assim sua forma de atendimento, no Art. 30 da LDB da Educação Nacional (Lei 9.394/96), que diz:

**Art. 30.** A Educação Infantil será oferecida em:

- I- Creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até 3 anos;
- II- Pré-escola, para crianças de 4 a 5 anos.

Em análise ao Art. 62 e ao Art. 30 da LDB destinadas à Educação Infantil, neste primeiro artigo proposto a formação docente dos profissionais que atuam nesta área de ensino, está sendo estabelecido o curso em nível superior (Universidade) ou em Institutos Superiores de Educação (ISEs), contudo, ainda está sendo considerado como formação mínima a oferecida em nível médio para a formação dos professores para atuarem na Educação Infantil e nas primeiras séries do ensino fundamental (1º a 4º série).

Em vista disto, podemos observar uma regressão no sentido da aceitação dos ISEs como curso para a formação docente, pois este sistema de formação foi extinto no início do século XX.

De acordo com Azevedo:

Tal fato foi bastante polêmico no meio educacional brasileiro, pois revela a descontextualização de algumas tentativas de mudanças na formação de professores, as quais tentam recuperar ideias já abandonadas, referendando o caráter tradicional da nova LDB da Educação Nacional(2013, p. 86).

O curso de formação docente proposto pelo ISEs é de menos tempo comparado ao curso de formação docente universitária, sendo considerado assim um curso técnico profissionalizante por muitos educadores, podendo ter uma redução em sua carga horária de 3.200 horas chegando até 1.600. Estes tipos de cursos com menos tempo de duração banaliza os cursos de nível superior (Universitários), sem falar que será uma “formação” de má qualidade. Conforme Vasconcellos: “A força, o poder do professor está intrinsecamente, no símbolo, no signo, no conhecimento; quando é mal formado neste campo, seu poder está esvaziado” (2007, p. 180).

Tendo em vista que, a especificidade de desenvolvimento de cada idade, de 0 aos 5 anos de vida são bem distintos. Sendo necessário um curso de formação docente que dure o tempo preciso para ser abordado cada nível de desenvolvimento da criança de forma específica.

Azevedo afirma que:

Após muitas discussões e críticas de pesquisadores da área nos principais fóruns de debate educacional sobre o ISEs, outro decreto (3.554, de 7 de Agosto de 2000) passa a vigorar, reformulando a redação do anterior da seguinte forma, no seu § 2º: A formação em nível superior de professores para atuação multidisciplinar, destinada ao magistério da educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, far-se-á, preferencialmente em cursos normais superiores(2013, p. 87).

O campo de conhecimento para se formar e atuar na Educação Infantil é a Pedagogia. Segundo Libâneo:

Pedagogia é, então, o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação, isto é, do ato educativo, da prática educativa concreta que se realiza na sociedade como um dos integrantes básicos da configuração da atividade humana. Neste sentido, educar é o conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa

com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais (2010, p. 30).

O Curso de Pedagogia foi criado no ano de 1939, e este por sua vez, como sendo um Curso de nível superior (Universidade) visa em seu currículo de formação, componentes curriculares que abordem as especificidades do desenvolvimento das crianças de acordo com cada faixa etária. Tanto são abordados assuntos referentes ao desenvolvimento das crianças na teoria como na prática, dentro da sala de aula (com atividades de simulação de aulas com as crianças) quanto fora de nossa sala de aula (com aulas de campo, estágios). Em ambas as atividades somos avaliadas continuamente por nossos professores, a fim de que alcancemos uma formação de qualidade.

Sobre o pedagógico, Libâneo ainda afirma que:

A pedagogia, como isso, é um campo de estudos com identidade e problemáticas próprias. Seu campo compreende os elementos da ação educativa e sua contextualização, tais como o aluno como sujeito do processo de socialização e aprendizagem; os agentes de formação (inclusive a escola e o professor); as situações concretas em que se dão os processos formativos (entre eles e o ensino); o saber como objeto de transmissão/assimilação; o contexto socioinstitucional das instituições (entre elas as escolas e salas de aula). Resumidamente, o objetivo do pedagógico se configura na relação entre os elementos da prática educativa: o sujeito que se educa, e o educador, o saber e os contextos em que ocorrem (2010, p 38).

A respeito dos cursos de formação docente a nível médio na modalidade normal (antigo magistério), este tipo de formação baseia-se na exclusão da utilização da prática no decorrer da formação docente, ou pelo menos, se ocorre à prática é de maneira bem superficial. Sendo considerado assim, ao longo dos anos até hoje como um curso de carácter instrumental/técnico, baseando-se no modelo de racionalidade técnica. Sendo este tipo de formação contida no currículo das instituições de nível médio. Heloisa Helena, sobre isso, afirma que: “Uma característica marcante do modelo de formação pautado na *racionalidade técnica* é a total desarticulação teórico-prática na formação docente, em que a prática só acontece após a aquisição dos conhecimentos teóricos” (2013, p. 72).

Uma vez que, nas instituições em que é utilizado o método instrumental para a formação docente, estes professores irão ter uma formação iniciada baseada em acúmulos de conhecimentos teóricos e técnicos. Atraindo antecipadamente problemas para o momento de

sua atuação profissional, quando forem exercer seu ofício dentro das salas de aula. Pois são situações diversas que o educador enfrenta no seu dia a dia e mesmo com toda riqueza de teoria, mais na prática sempre surgirá novas situações.

De acordo com Azevedo:

A formação docente tem incorporado um modelo de formação centrado na aquisição de conhecimentos teóricos e técnicos e na “aplicação” destes no contexto da prática, ou seja, de uma “racionalidade técnica, na qual a atividade do professor é, sobretudo instrumental, dirigida para a solução de problemas mediante a aplicação rigorosa de teorias e técnicas científicas”, tal modelo de formação supervaloriza teorias e princípios a serem “aplicados” em detrimento dos “problemas concretos e únicos” a serem vivenciados na prática, que nem sempre encontraram “a resposta” adequada “receitada” pelos princípios, exatamente porque tais problemas são inéditos, formulados na dinâmica do real acerca do qual o professor não detém o controle(2013, p. 71).

Esse modelo de formação que supervaloriza o teórico e a técnica originou-se da concepção positivista, na qual ele coloca o professor no posicionamento de transmissão dos seus conhecimentos de maneira limitar, apenas o que está sendo proposta no currículo a respeito da formação dos futuros professores, semelhantemente limitando a ação de seus alunos, participação ativa nas aulas. Em outras palavras essa forma de ensino não causa interação entre professor/aluno, com metodologias de ensino sem criatividade.

Segundo Azevedo:

Esse modelo de formação docente tem suas raízes numa forma positivista de compreender o conhecimento e a atuação do professor docente, considerando o professor como um mero “intérprete de manuais de instrução”, dificultando qualquer atitude criativa do professor sobre sua ação docente. Como decorrência desta epistemologia positivista, os conhecimentos advindos da prática não são considerados na sua formação, pois numa visão de formação docente pautada na racionalidade técnica não se reconhece a influência da experiência prática como componente da formação do professor(2013, p. 71).

Observamos então uma formação deficiente de professores da Educação Infantil, na qual, depois de formados irão reproduzir nas salas de aula metodologias de ensino da mesma forma que foram instruídos, sem criatividade metodológica, ensino de forma mecanizada, tudo isto como se fosse normal, pois foi assim que aprenderam. Essa concepção de formação docente Teórico/técnico foi bastante criticada a partir da década de 80. Sabendo que, no final

da década de 1970 até a década de 1980 aconteceram muitas transformações a respeito da formação docente do profissional da Educação Infantil. A partir destas críticas, é lançada por educadores uma proposta de fazer uma relação teórico/prático no processo de construção do saber docente. Tendo em vista, que uma depende da outra no processo de aprendizagem.

Porém, a nova LDB não apresenta só regressão em relação aos cursos de formação do professor da Educação Infantil, mais também, sob as discursões no campo de atendimento desta área. Portanto, em vista disso, analisaremos o Art. 30 da LDB da Educação Nacional 9.394/96, segundo essa Lei da nova LDB, mesmo com a utilização do termo “Educação Infantil”, mais a forma de atendimento a este público dar-se-á de forma separada e não integrada. Onde até os três anos de idade a criança deve frequentar a creche e dos 4 aos 5 anos a pré-escola.

De certa forma houve uma regressão a um momento anterior a Constituição de 1988 quando existia também uma separação de atendimento as crianças em creches e pré-escolas, reforçando a dicotomia cuidar/educar. Esta separação por idade resulta numa ação tradicional reforçando a prática assistencial da educação infantil na qual as crianças até os três anos só necessitavam de cuidado, proteção, higienização. E as crianças de 4 aos 6 anos já podiam ser educadas. E isto também vem contribuir em uma regressão relacionada à formação do docente da Educação Infantil.

Após a constituição de 1988 houve um avanço a respeito do atendimento na E.I. no qual foi reconhecido o direito social das crianças menores de 7 anos a educação de forma que o cuidar e o educar estariam integrados no processo de ensino. Portanto, como vimos a Lei 9.394/96 da LDB no Art. 30 nos mostrou uma regressão ao período anterior a Constituição de 1988.

Conforme aponta Azevedo:

Assim, todas as crianças de até seis anos passam a ser atendidas pelo mesmo sistema e não mais de forma separada em creches, para as de até 3 anos, e pré-escolas, para as de 4 a 6, o que reforçava a dicotomia assistência/educação. Tal conquista por fazer exigências à melhoria das condições de vida das crianças, apontava esperanças de possíveis melhorias, também, na formação dos professores da educação infantil, já que a função educativa das instituições de atendimento infantil havia sido reconhecida (2013, p.78).

Pois como era praticado antigamente nas instituições assistenciais para as crianças, onde os responsáveis para ficar com as crianças nem eram considerados profissionais, não era necessário terem formação acadêmica, bastava ser mulher, colocando em prática seus instintos maternos, por isso eram chamadas e reconhecidas pela sociedade como: crecheiras, pajem, guardiã, ama, entre outros.

Embora a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nos mostre alguns retrocessos relacionados à Educação Infantil, todas as iniciativas de atendimento infantil devem ter como orientação o que está sendo estabelecido por ela. Vale ressaltar que, desde a Constituição Federal de 1988 até a nova LDB 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 objetivam-se melhorias na qualidade da Educação Infantil, já que a função educacional da Educação Infantil foi estabelecida desde 1988. Portanto, buscamos um novo perfil do profissional desta área, desconstruir o pensamento assistencialista que permeia a sociedade desde a criação das primeiras instituições de atendimento a infância até os nossos dias, que leva a uma falta de formação acadêmica deste profissional e assim resulta na desvalorização desta profissão pela sociedade.

Sobretudo, integrar o educar/cuidar na Educação Infantil. Então da mesma forma deve ser pensada a formação dos profissionais que atuam na Educação Infantil. Devem ser formados não para apenas cuidar, mais também educar. Como ressalta Azevedo: A superação desta dicotomia é o que, atualmente, busca-se concretizar nas instituições de atendimento infantil através de um trabalho pedagógico “integrado”, que compreenda “cuidado e educação como práticas indissociáveis”(2013, p. 92).

Assim, para ser elaborado um referencial curricular para a formação dos profissionais da Educação Infantil, deverá primeiramente ser feito análises e debates a respeito da concepção de criança, educação, escola, etc.

A autora Azevedo argumenta que:

Assim, penso ser importante que, na formação do professor da educação infantil, se priorizem discursões e práticas que auxiliem os futuros professores a rever suas concepções de criança, educação, escola, professor e a construir postura autônoma de organização de seu trabalho pedagógico (2013, p. 94).

#### **4- O DESAFIO DO DOCENTE EM RELAÇÃO A EDUCAR, CUIDAR E BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

A integração do cuidar/educar é um dos assuntos que mais causa discussões no que se refere à Educação Infantil e na formação de seus profissionais. O Art. 29 da LDB (Lei 9.394/96) estabelece a Educação Infantil como sendo a primeira etapa da educação básica, a partir disto busca-se um novo perfil deste profissional, no que se refere em numa integração do cuidar/educar na prática do professor desta área.

Nas últimas décadas, os debates em nível nacional e internacional apontam para a necessidade de que as instituições de educação infantil incorporem de maneira integrada as funções de educar e cuidar, não mais diferenciando nem hierarquizando os profissionais e instituições que atuam com as crianças pequenas e/ou aqueles que trabalham com as maiores. As novas funções para a educação infantil devem estar associadas a padrões de qualidade. Essa qualidade advém de concepções de desenvolvimento que consideram as crianças nos seus contextos sociais, ambientais, culturais e, mais concretamente, nas interações e práticas sociais que lhes fornecem elementos relacionados às mais diversas linguagens e ao contato com os mais variados conhecimentos para a construção de uma identidade autônoma (BRASIL, MEC, 1988 p. 23).

Todas as crianças necessitam de atividades relacionadas ao cuidado, tais como: alimentar, trocar, proteger, dar carinho, consolar, lavar, dar banho. Esta carência é natural de qualquer criança, em especial as crianças de 0 a 3 anos de idade, todavia as de 4 a 5 anos embora sejam mais independentes em relação a estas atividades, também precisam de cuidado.

E todas as crianças tem o direito à educação. Em vista disto, observamos que precisa haver uma integração do cuidar/educar nas instituições de Educação Infantil e nos currículos de formação dos profissionais desta área educacional, para que estes se formem adequadamente, atendendo todas as necessidades que envolvem a criança, para que ela tenha um bom desenvolvimento nos aspectos físico, mental, emocional, social e cultural. Em outras palavras, para que se tenha uma boa qualidade de ensino nas instituições de Educação Infantil.

O brincar também é um fator que deve estar presente no processo educacional de uma criança. Uma vez que, quando as crianças brincam sejam essas brincadeiras com objetivos

educacionais ou não, elas estão estimuladas a contribuir para seu próprio desenvolvimento. Através de imitações de ações presenciadas em seu dia a dia, durante uma brincadeira a criança trabalha sua socialização com outras pessoas, se tornam independentes, críticas, autônomas. Desenvolvem-se fisicamente, mentalmente e socialmente. Ou seja, aprendem brincando, se divertindo.

A brincadeira é uma linguagem infantil que mantém um vínculo essencial com aquilo que é o “não-brincar”. Se a brincadeira é uma ação que ocorre no plano da imaginação isto implica que aquele que brinca tenha o domínio da linguagem simbólica. Isto quer dizer que é preciso haver consciência da diferença existente entre a brincadeira e a realidade imediata que lhe forneceu conteúdo para realizar-se. Nesse sentido, para brincar é preciso apropriar-se de elementos da realidade imediata de tal forma a atribuir-lhes novos significados. Essa peculiaridade da brincadeira ocorre por meio da articulação entre a imaginação e a imitação da realidade. Toda brincadeira é uma imitação transformada, no plano das emoções e das ideias, de uma realidade anteriormente vivenciada (BRASIL, MEC, 1998, p. 27).

Sobre a utilização da brincadeira como forma de aprendizagem na Educação Infantil, o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil, ainda afirma que:

Por meio das brincadeiras os professores podem observar e constituir uma visão dos processos de desenvolvimento das crianças em conjunto e de cada uma em particular, registrando suas capacidades de uso das linguagens, assim como de suas capacidades sociais e dos recursos afetivos e emocionais que dispõem (BRASIL, MEC, 1998, p. 28).

O Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI) enfatiza muito essa questão de integrar o cuidar/educar/brincar na E.I. Este não tem valor de Lei, foi um documento criado pelo MEC, e tem como objetivos orientar o trabalho do professor da Educação Infantil, facilitando o processo de ensino/aprendizagem. É importante ressaltar que, este documento atende as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelece a Educação Infantil como sendo a primeira etapa da educação básica.

De acordo com Azevedo:

Após a promulgação da LDB da Educação Infantil, o MEC elabora e divulga uma nova publicação referente à Educação Infantil. Trata-se do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) que integra a série Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Apresentado sob a forma de três volumes (Introdução; Formação pessoal e social;

conhecimento de mundo), o RCNEI foi lançado em 1998, em nível nacional, e encaminhado aos professores de Educação Infantil como um instrumento “orientador” para seu trabalho(2013, p. 88).

Pode-se dizer que, o grande desafio da integração das competências cuidar/educar/brincar na prática pedagógica do profissional da Educação Infantil está intrinsecamente ligada ao que se refere à função assistencialista. Visto que, esta função foi a primeira exercida na Educação Infantil sendo repassada de geração em geração, da qual encontramos raízes desta função atualmente em nossa sociedade.

Azevedo, afirma que: “O problema da separação entre cuidado e educação é uma decorrência da tentativa de superação do “caráter assistencial” que, historicamente, orientou/orienta o atendimento à criança pequena substituindo pelo “caráter pedagógico” (2013, p. 119)”.

Já citamos no decorrer do presente trabalho, que o assistencialismo é uma função que visa apenas o cuidado, proteção, higienização das crianças. Portanto, esse desafio sobre a perpetuação da função assistencialista até os dias atuais, vem acarretar em outro desafio, e este por sua vez refere-se à formação acadêmica dos profissionais da E.I. Pois, se se tem em mente apenas o cuidado das crianças não será necessário uma formação para isto.

Entendesse que atividades relacionadas ao cuidar como alimentar, dar banho, carinho, proteger, trocar, sono, etc., são ações educativas, desde que, sejam realizadas como tal. De modo que sejam ensinadas/estimuladas por alguém para uma criança e que não sejam feitas apenas por fazer, de qualquer jeito como é realizado na função assistencialista.

Dessa forma Santos, Beltrame, Oliveira e Will, afirmam que:

Todo o indivíduo passa pelo processo de aprender a se alimentar, saber fazer sua higiene pessoal e vestir-se. A educação Infantil, no entanto, efetua essa tarefa de forma não assistencialista, não fazendo para o aluno, mas o ensinando como fazer, afim de que ele tenha autonomia de realizar tarefas (2012, p. 24).

Sobre o cuidado o RCNEI, ainda afirma que:

Além da dimensão afetiva e relacional do cuidado, é preciso que o professor possa ajudar a criança a identificar suas necessidades e priorizá-las, assim como atendê-las de forma adequada. Assim, cuidar da criança é sobretudo dar atenção a ela como pessoa que está num contínuo crescimento e desenvolvimento, compreendendo sua singularidade,

identificando e respondendo às suas necessidades. Isto inclui interessar-se sobre o que a criança sente, pensa o que ela sabe sobre si e sobre o mundo, visando à ampliação deste conhecimento e de suas habilidades, que aos poucos a tornarão mais independente e mais autônoma (BRASIL, MEC, 1998, p. 25).

Pretende-se então, em primeiro lugar, desconstruir esse pensamento referente ao assistencialismo, de que as crianças precisam apenas de cuidado e que este está dissociado da educação. Outro ponto é rever a concepção de criança, infância, Educação Infantil, e que isto esteja presente no currículo de formação do profissional da educação infantil. Uma vez que, as duas funções da Educação Infantil devem ser integradas, utilizando ambas no processo de desenvolvimento das crianças da E.I., sejam estas instituições públicas ou privadas.

É certo que, a função assistencialista não será exercida mais como antes, pois o cuidado com as crianças agora terá carácter educativo, será realizado de forma intencional e não de maneira inconsciente. “A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades” (BRASIL, MEC, 1998, p. 24).

## **5- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em virtude do que vem sendo discutido, concluímos que mesmo com as novas concepções de criança, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a LDB- 9.394/96 que trata da E. I. como sendo a primeira etapa da educação básica, a função assistencialista ainda permeia nas creches e pré-escolas. Pode-se dizer que o grande desafio da integração das competências cuidar/educar na prática pedagógica do professor da Educação Infantil está intrinsecamente vinculada ao que se refere a sua formação. Visto que, a função assistencialista ainda tem uma forte resistência em relação à função pedagógica/educacional atualmente, logo tornando necessária uma formação acadêmica para os profissionais da Educação Infantil.

Contudo, através de uma integração entre essas duas funções cuidar/educar pode-se redimensionar o perfil do docente da E.I. , de profissional que ainda insiste no assistencial para um profissional que atenda as duas funções, em benefício da criança e de seu desenvolvimento, uma vez que, o cuidar/educar/brincar é à base da Educação Infantil. De acordo com as orientações do RCNEI o educar está ligado ao cuidar, semelhantemente o

cuidar está ligado ao educar, desde que este processo educativo tenha a intencionalidade e não seja feito de forma assistencialista como era feito nas primeiras instituições de atendimento a infância com a função assistencialista.

Todavia, deve-se levar em consideração que uma formação adequada para os profissionais da Educação Infantil, que ofereça a estes uma formação de qualidade, com um currículo que contemple a integração do cuidar/educar/brincar, as novas concepções de criança como sendo um sujeito de direitos. A Educação Infantil, por sua vez, deve ser exercida de forma igualitária para todas as crianças independente da classe social, diferença cultural, religiosa, entre outros. Para que a Educação Infantil atinja o padrão de qualidade que se espera é indispensável que o professor esteja em constante formação e se aproprie do conhecimento produzido na área até então.

## **6- THE PROFILE OF TEACHING IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION**

**Abstract-** This article is a qualitative research bibliographic nature. The objective of the production of this study was to perform an analysis regarding the profile of teaching in Early Childhood Education (EI), in order to emphasize the importance of teacher education to develop a good job with the children. We performed a retrospective on the professional profile of early childhood education throughout history, from the creation of the first institutions that care for children in the nineteenth century to the present day, and the true interests of the ruling class that was behind the creation of these institutions. Research on the two main functions of Early Childhood Education (pedagogical and educational welfare), as well as academic professional training in this area was also conducted. This dichotomy care / education in EI takes *discursão* corpus in the main to the distancing of welfare conception shaft that was attributed to the lack of training of Early Childhood Education, so you must deconstruct the profile of the professional EI do not need training. On this basis we can say that to have a new look in society regarding the members of the profession, lacks first, changing the design of child and EI in which they need not only care, more education also. That these two functions are integrated in Early Childhood Education and training of professionals in this area.

**Keywords: Early Childhood Education. Profile of teachers. Teacher education.**

## 7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Muriane Sirlene Silva de. IN: **Educação Infantil: da condição de direito à condição de qualidade no atendimento/** Maristela Angotti (org.). – Campinas, SP Editora Alínea, 2009.

AZEVEDO, Heloisa Helena Oliveira de. **Educação Infantil e formação de professores: para além da separação cuidar-educar/** Heloisa Helena Oliveira de Azevedo. – 1.ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2013.

BÍBLIA, **Romanos**. Português. Bíblia Sagrada. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. Edição revista e corrigida. Sociedade Bíblica do Brasil. Brasília DF, 1969. Cap.8, vers. 28.

BRASIL. MEC. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il. Volume I.

KUHLMANN, Moysés Jr. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. – Porto Alegre: Mediação, 2010. (5. ed. atual. ortog.) 192p.

KUHLMANN, Moysés Jr. IN: **Educação Infantil Pós-LDB: rumos e desafios** / AnaLúcia Goulart de Faria e Marina Silveira de Palhares (Orgs.). -6. Ed. – Campinas, SP: Autores associados, 2007.- ( Coleção polêmicas do nosso tempo; 62).

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** – 12. ed. – São Paulo, Cortez 2010.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos, 1956 – **Para onde vai o professor? Resgate do professor como sujeito de transformação**. 12º ed/ Celso dos S. Vasconcellos. São Paulo: Libertad, 2007. (Coleção Subsídios Pedagógicos do Libertad; V.1).

### DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

BOTELHO, Olavo. **Trabalhos acadêmicos. Apoio na elaboração e revisão de trabalhos acadêmicos, conforme ABNT.** Disponível em:

<<http://apoioerevisao.blogspot.com.br/2014/01/normas-abnt-para-trabalhos-academicos.html>>

Acesso em: 19 de Jun. de 2014.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, Biblioteca Digital da. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Biblioteca. **LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei 9.394/96) 8º Ed. Disponível em:

<<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/2762>> Acesso em: 01 de Maio de 2014.

GALVÃO, Afonso Celso Tanus. 2009 - **Desafios do ensino na Educação Infantil: perspectiva de professores.** Disponível em:

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672009000100008](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672009000100008)>

Acesso em: 26 de Jun. de 2014.

SANTOS, Andressa da Silva. BELTRAME, Ironete, OLIVEIRA, Patrícia Souto, WILL, Zélia de Assis Aguiar. **Os desafios do cuidar e do educar na educação infantil.** Disponível em:

<<http://univen.noip.biz/listamono/monografias%5CPedagogia%20e%20Letras%5C2012/OS%20DESAFIOS%20DO%20CUIDAR%20E%20DO%20EDUCAR%20NA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INFANTIL.pdf>> Acesso em: 05 de Jul. de 2014.